



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

HELLEN DE OLIVEIRA GÓES

HISTÓRIA E NATUREZA NO ROMANCE SIMÁ

ANANINDEUA
2026

HELLEN DE OLIVEIRA GÓES

HISTÓRIA E NATUREZA NO ROMANCE SIMÁ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de História da
Universidade Federal do Pará/Campus
universitário de Ananindeua como
requisito parcial para obtenção do grau
licenciado

Orientador: Prof. Dr. Wesley Kettle.

ANANINDEUA

2026

Dedico este trabalho *in memoriam* de meu amado irmão, Douglas Oliveira, cujo amor e carinho me deram a liberdade de ser quem sou, e cuja paixão por tudo que é vida continua a me mover, mesmo após sua partida.

AGRADECIMENTOS:

A Deus, por me permitir sentir, experienciar e amar o mundo à minha volta.

Serei sempre grata à minha mãe, Roneles Oliveira (ou Renê, como prefere ser chamada), por ter criado a mim e aos meus irmãos com muita garra e por nunca ter perdido as esperanças quando a realidade não nos era favorável. Mãe, você me ensinou muito sobre força e coragem, valores essenciais para quem sonha. Aos meus amados irmãos, Lucas, Ana Luiza e Helizabet, por serem meu lar e minhas companhias barulhentas. Dedico uma linha a mais à Bet, que me fez companhia à mesa durante a escrita deste trabalho, sempre me perguntando sobre os nomes dos pássaros e dos rios, com uma curiosidade encantadora que só pertence às crianças.

Minha gratidão ao meu companheiro de vida e de sonhos, Elton Aragão, por nunca desacreditar de mim, por me incentivar e puxar minha orelha quando eu procrastinava, por tornar minhas manhãs de sol mais calorosas e meus dias mais leves.

Não poderia deixar de fora aqueles que estiveram comigo durante todo o percurso acadêmico. Sinto-me alguém de muita sorte por ter formado laços tão lindos com vocês. Arthur Camarão, Jaine Neves, Suzana Fontinele e Brenda Araújo: meu grupo de estudos, seminários e pizzas pós-aula. Que prazer foi evoluir ao lado de historiadores tão brilhantes. Tenho muito orgulho de vocês e de tudo o que aprendemos juntos. Gabriel Almeida e Giovanna Nunes, agradeço por me acolherem, por todas as conversas profundas, por toparem ir comigo a shows de artistas que vocês nem gostavam, e por nossas andanças pelas ruas de Belém — até quando nos perdíamos, não é, Gi? —, que sempre serão algumas das minhas lembranças favoritas.

Agradeço à Universidade Federal do Pará, a todos os professores e aos técnicos do Campus Ananindeua, pelo suporte institucional e humano ao longo da minha formação acadêmica.

Por fim, agradeço ao professor Wesley Kettle, pela orientação e por ter me apresentado ao universo da História sob a perspectiva ambiental, o que acabou influenciando profundamente minha formação como historiadora.

História e Natureza no romance Simá.

RESUMO

Este trabalho analisa o romance *Simá: um romance histórico do Alto Amazonas* como fonte histórica, investigando de que modo a representação da natureza na obra contribui para a compreensão crítica do passado colonial amazônico. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na leitura analítico-interpretativa do romance, entendido como produção discursiva sobre a experiência colonial. A análise articula aportes da história, da crítica literária e da história ambiental para examinar a construção da paisagem amazônica na narrativa. Os resultados demonstram que, em *Simá*, a natureza ultrapassa a função de cenário e atua como elemento estruturante do enredo, operando como agente simbólico das dinâmicas de violência, resistência e poder. Essa abordagem possibilita novas interpretações sobre os processos de colonização e sobre as relações entre natureza e história na Amazônia.

Palavras Chave: Simá; História e Natureza; Literatura e História; Período Colonial.

RESUMEN

Este trabajo analiza la novela *Simá: un romance histórico del Alto Amazonas* como fuente histórica, con el objetivo de examinar cómo la representación de la naturaleza en la obra contribuye a una comprensión crítica del pasado colonial amazónico. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en una lectura analítico-interpretativa de la novela, entendida como construcción narrativa sobre la experiencia colonial. El análisis integra aportes de la historia, la crítica literaria y la historia ambiental para examinar la configuración del paisaje amazónico en la narración. Los resultados muestran que, en *Simá*, la naturaleza supera la función de mero escenario y se configura como elemento estructurante de la trama, actuando como agente simbólico de las dinámicas de violencia, resistencia y poder. Este enfoque abre nuevas posibilidades de interpretación sobre los procesos de colonización y las relaciones entre naturaleza e historia en la Amazonía.

Palabras -Clave: Simá; Historia y Naturaleza; Literatura e Historia; Período Colonial.

Sumário

Introdução.....	04
Natureza no Enredo.....	08
História e Literatura.....	10
Natureza e História	15
Rios.....	19
Ancestralidade e Identidade.....	24
Pássaros.....	27
Considerações Finais.....	30
Referências.....	32

INTRODUÇÃO

O Século XIX foi um período marcante para a produção literária no Brasil. Época de grandes clássicos do romantismo indigenista, parte desse movimento está ligado ao projeto de construção da identidade nacional, promovida pelo governo imperial com o apoio de intelectuais do período. Embora tenha começado ainda no século XVIII, esse projeto se desenvolveu plenamente apenas em meados do século XIX (Barbato, 2014, vol.8, n.15) seu objetivo era reafirmar a independência brasileira por meio de elementos simbólicos que ilustrassem o rompimento social, econômico e cultural com Portugal.

A antiga imagem de dominação passou a ser retratada como uma fusão harmoniosa entre duas culturas: a europeia e a indígena. Dessa junção surgiria a cultura luso-tupi – uma idealização do “melhor” do velho e do novo mundo. Esse movimento segue uma tendência também observada na Europa, onde o romantismo e o resgate do passado medieval contribuíram para formação dos ideais nacionais. No Brasil, era necessário demonstrar que o país pós-independência havia superado suas fragilidades e que uma nação forte estava em construção. Nesse sentido, essa busca por um elemento original brasileiro resultou na elaboração de uma verdadeira “historiografia tropical”, caracterizada pela busca da nação, pelo ideal de progresso e pelo entendimento da natureza como elemento definidor da unidade natural da Pátria, diante da falta de uma unidade cultural (Paz, 1996, p. 236). Nesse contexto, a natureza brasileira foi eleita como símbolo de força e grandeza, substituindo a imagem selvagem e ameaçadora do período colonial (Paz, 1996).

Os autores românticos tiveram papel fundamental na propagação do ideal e da construção da identidade nacional, criando por meio de suas narrativas um repertório simbólico de heróis, espaços e valores que dariam sentimento de pertencimento a nação (Thiesse, 1999).

No Brasil, esse movimento esteve diretamente vinculado ao contexto do Império, período em que se buscava não apenas afirmar a independência política, mas também consolidar a unidade territorial e cultural do país. A questão dos limites, herdada do período colonial, permanecia em aberto ao longo do século XIX. Conforme apontam Francivaldo Nunes (2024) e Roberg Santos (2023), o território brasileiro não estava plenamente definido ao final da colônia, o que levou o Estado imperial a empreender um processo de “expansão para dentro” (NUNES, 2024, p. 120), voltado à integração e ao controle de regiões consideradas estratégicas. Assim, a

construção da identidade nacional não se deu apenas no plano simbólico, mas também no esforço concreto de consolidação territorial.

É nesse ambiente político e intelectual que se insere a produção literária romântica. Obras como *O Guarani* (1857), de José de Alencar, exemplificam esse projeto ao transformar o indígena em herói fundador da nacionalidade. A união entre Peri e Ceci simboliza uma origem conciliatória para o país, baseada na miscigenação entre indígena e europeu, ao mesmo tempo em que silencia outras presenças constitutivas da sociedade brasileira. Nesse romance, a natureza surge como paisagem grandiosa e sublime, convertida em cenário da formação nacional e em símbolo da força do território brasileiro.

Essa associação entre paisagem e identidade, como observa Cronon (2002) em outro contexto - o das planícies norte americanas - revela como o ambiente “selvagem” pode ser ressignificado para sustentar narrativas de heroísmo e civilização.

Publicado no mesmo ano que *O Guarani*, *Simá: romance histórico do alto Amazonas* (1857), de Lourenço Amazonas, dialoga com esse mesmo horizonte imperial. Embora ambientado no século XVIII, o romance foi escrito em um momento em que o Império buscava consolidar seu domínio sobre regiões de fronteira, como a Amazônia. Diferentemente de Alencar, contudo, Lourenço Amazonas apresenta uma perspectiva mais crítica da colonização, conferindo centralidade à experiência indígena.¹ Nesta pesquisa, a obra é tomada como fonte histórica e objeto de análise, entendida não como simples reconstrução ficcional do passado, mas como produção discursiva que expressa tensões, projetos e disputas.

Ambientada no período colonial, a narrativa inicia-se quando o indígena Marcos de Coari, após ser enganado e humilhado pelo regatão² português Régis, decide abandonar sua identidade e fugir com a filha Delfina para o Sítio do Remanso. A fim de livrar-se da vergonha e do estigma social, ele assume um novo nome: Severo. Esse gesto de negação da própria identidade marca o início de um drama pessoal que se desenrola paralelamente à resistência de outros personagens indígenas, como Domingos e Mabbé, que simbolizam a luta pela preservação

¹ Sobre a construção do romance, ver: MUNARO, Luís Francisco. *A Amazônia e a fundação do Brasil na obra Simá (1857) de Lourenço da Silva Amazonas*. Intelléctus, Rio de Janeiro, n. 2, v. 19, jul./dez. 2020.

² O regatão era o ambulante fluvial que viajava pelos rios e igarapés da Amazônia, levando mercadorias às populações que viviam longe dos centros urbanos. Em troca, recebiam excedentes de produção ou produtos extrativistas. A palavra regatão pode ser utilizada para se referir tanto ao comerciante itinerante quanto à embarcação utilizada para esse comércio.

da ancestralidade e dos valores originários e acabam revelando a farsa da igualdade étnica pregada pelas leis pombalinas.

No novo lar, Delfina dá à luz Simá — fruto de um estupro cometido por Régis — e, tomada pela melancolia, morre pouco tempo depois. A origem violenta de Simá é apresentada como metáfora do processo de miscigenação forçada e da violência colonizadora imposta às populações indígenas do Norte do Brasil. A criança é criada por Severo segundo os costumes do povo Manaus³, mas sem qualquer conhecimento sobre sua verdadeira origem. Ao atingir a juventude, Simá é prometida a Domingos de Dari, indígena genuíno que representa a continuidade da linhagem e da cultura ancestral (Amazonas, 1857, p. 145).

Por uma infeliz coincidência, Régis retorna à região do Rio Negro, agora disfarçado de missionário, sem saber que Simá é sua filha. Encantado pela beleza da jovem, ele decide conquistá-la a qualquer custo. Com a ajuda do missionário Loiola, Régis recorre a diversos artifícios cruéis, que culminam no sequestro de Simá. Esse ato representa não apenas uma nova violência pessoal, mas também, o contínuo processo de dominação colonial que subjuga os corpos e identidades indígenas.

O rapto de Simá torna-se o estopim para a revolta organizada por Mabbé, um dos principais indígenas da trama. Ele já havia tentado, sem sucesso, articular um conselho de chefes para resistir à dominação portuguesa. O acontecimento, no entanto, impulsiona Domingos a unir-se ao levante, determinado a salvar sua amada.

Durante tais acontecimentos, Simá, acompanhada de Dom Eliseu, acaba sendo vítima de um ataque dos revoltosos, que, movidos pela fúria contra os colonizadores, não reconhecem a jovem e a atacam por engano. Nesse momento de dor e despedida, Severo decide finalmente revelar a Simá e a Régis sua verdadeira identidade, confessando seu passado como Marcos de Coari e toda a história que havia mantido em segredo.

Tomado pela culpa, Régis se lança aos pés da jovem, implorando por perdão. Em uma cena marcada por intensa emoção e simbolismo cristão, Simá o perdoa, demonstrando compaixão e resignação, mesmo diante da brutalidade de sua origem.

Nascido na província da Bahia em 1803, Lourenço da Silva Araújo Amazonas, autor do romance *Simá*, construiu uma trajetória marcada pela carreira militar e pela atuação intelectual no

³ A nomenclatura mais adequada é “Manaós”, em referência à nação indígena habitante da região dos rios Negro e Solimões. Optou-se, contudo, pela manutenção do termo “Manaus”, em consonância com a terminologia adotada pelo autor ao longo do romance.

Brasil imperial. Capitão de mar e guerra da Armada Imperial, foi responsável pelo comando de embarcações como naus e navios de linha, tendo sua carreira distinguida por méritos e honrarias, entre as quais os títulos de cavaleiro e de comendador da Ordem de Cristo (Blake, 1899).

Além de sua atuação militar, Lourenço Amazonas integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e dedicou-se ao estudo da comarca — posteriormente província — do Rio Negro. Dessa experiência resultaram obras como o *Diccionario topographico, histórico e descriptivo da comarca do Alto Amazonas (1852)*, que reúne informações sobre a região amazônica e sobre populações indígenas, com o objetivo de orientar estudiosos e exploradores interessados no conhecimento do território. Sua experiência direta com a região e com os povos originários influenciou profundamente a escrita de *Simá: romance histórico do alto Amazonas*. A obra que se passa em 1757, foi inspirada na Revolução de Lamalonga, episódio de resistência indígena ocorrido na região do Alto Rio Negro cerca de um século antes de sua publicação, essa relação entre história e ficção é mencionada logo na introdução do romance. Com base nesse evento, Lourenço Amazonas constrói um enredo que dá voz à perspectiva indígena sobre a colonização, revelando as tensões entre o discurso civilizatório e as realidades vividas pelas populações originárias.

Além disso, o autor confere à natureza um papel central na narrativa. A fauna, a flora e os rios amazônicos não servem apenas como pano de fundo, mas como elementos ativos que moldam o destino das personagens. A natureza é, ao mesmo tempo, cenário sagrado e agente simbólico — capaz de abrigar, punir, transformar e revelar. Aspecto que dialoga com as concepções da história ambiental sobre ação do ambiente natural nas experiências humanas (Cronon, 2002). Partindo dessa perspectiva, este trabalho parte da hipótese de que a narrativa de *Simá: um romance histórico do alto Amazonas* edifica sua protagonista sob o signo da floresta e das águas do Rio Negro, envolvendo sua trajetória em uma atmosfera que combina lirismo, violência e ancestralidade. Nos capítulos seguintes, buscaremos demonstrar como essa construção literária da natureza dialoga com os debates da história ambiental, por meio da análise de passagens em que rios, florestas, animais e elementos do sagrado participam diretamente do enredo.

Esta pesquisa propõe, portanto, uma análise do romance *Simá* a partir da relação entre natureza e história, buscando compreender como a paisagem amazônica é mobilizada literariamente para refletir os impactos da colonização na região. A abordagem adotada parte da

história ambiental, articulando-se à análise do romance *Simá* para explorar a representação da natureza como meio de construção e estudo do passado colonial.

Para embasar a análise, serão utilizados o texto de William Cronon, “*Um lugar para relatos: natureza, história e narrativa*”, e *O Diário da Viagem*, de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio — relato de sua expedição pelo Alto Amazonas no período colonial. Essas obras fornecerão subsídios teóricos e documentais que ajudarão a aprofundar o entendimento da paisagem amazônica enquanto testemunha e personagem da história.

A estrutura da pesquisa será dividida em três partes: a primeira discutirá as relações entre natureza e história, bem como entre história e literatura; a segunda consistirá na análise da obra *Simá* com foco nos elementos naturais e suas implicações simbólicas e históricas; e, por fim, a terceira parte apresentará as considerações finais.

1. Natureza no Enredo

Em *Simá: romance histórico do Alto Amazonas*, a natureza apresenta papel central na representação do período colonial amazônico, seja através da composição de cenários, seja em seu papel como agente simbólico dentro da narrativa. Seus rios e florestas atuam como barreiras protetoras contra o avanço da expansão europeia e também como elementos importantes na formação de uma identidade regional. Essa abordagem dialoga diretamente com o que foi exposto na introdução, na qual a paisagem já se mostrava central para compreender o enredo e suas implicações.

No capítulo IV, intitulado “Paisagem”, Lourenço Amazonas discorre sobre a importância do ambiente para a formação do ser e a maneira como este se relaciona com o mundo. Ele afirma: “É que cada qual sente a seu modo: isto é, segundo a natureza dos objetos, de que primeiro se impressionou os seus sentidos.” (Amazonas, 1857, p. 54). Este trecho é extremamente significativo, pois sugere que o sujeito é moldado pela experiência sensorial do ambiente ao qual pertence. Muito além de apenas observar a natureza, ser afetado por ela a medida em que se conecta através da convivência com o espaço natural. Essa ideia, reforça como a paisagem, no romance, atua como elemento capaz de despertar sentimentos e constituir identidade.

Neste mesmo capítulo, que soa como uma declaração de amor à fauna e à flora amazônicas, o autor se refere à natureza de maneira mítica, exaltando sua harmonia e a diversidade de seus espécimes. Todavia, para além da contemplação estética, Lourenço

Amazonas traz à tona discussões sobre os processos de “civilização” na Amazônia e o tratamento dispensado aos povos indígenas, contrapondo o olhar admirado e questionando a violência:

Que bela civilização? E o modo de convidar a ela? Levais a vossa bandeira a um rio: este cerca uma maloca: bate-se em quem resiste, atira sobre quem foge e conduz escravos a quem não pode conseguir fugir ou morrer. Destes (escravos), apurada a escolha segundo vossas necessidades, o refugio entregais a um missionário para dispor cidadãos ao estado! (Amazonas, 1857, p. 31).

O tom de indignação e revolta é algo marcante nessa passagem que reforça a dureza que acompanhava a civilização, o uso de aspas e de ironia subverte o poder simbólico do discurso colonizador. Em um movimento de dar voz a resistência indígena o autor menciona como até mesmo o rio, símbolo de vida e do sagrado, foi utilizado como caminho de destruição e escravidão. Mais adiante, ele reforça essa crítica ao apontar:

Precisa foi a bula de um papa para vos obrigar a considerá-los gente! Que belo processo de os chamardes à civilização, entrando em suas malocas, atirando sobre os indóceis e cativando os prisioneiros! Que bela sociedade que assim os convidastes, no patamar de vossa escada e no cabo de vossa enxada. (Amazonas, 1857, p. 194)

Essa passagem evidencia o tom de denúncia que atravessa a obra, revelando sem suavizações a brutalidade da dominação europeia e o caráter profundamente coercitivo de sua suposta “civilização”. Ao mesmo tempo, o romance destaca a força e a resistência amazônica diante desse domínio. Essa resistência se manifesta não apenas nos personagens, mas também no próprio ambiente natural — nas dificuldades das viagens fluviais e na hostilidade da floresta, que desafiam a ocupação estrangeira.

Conforme é demonstrado no capítulo V, sob o título “Questão de limites”, onde se abordam as disputas territoriais causadas pelo Tratado de Madri (1750), as viagens pelos rios são descritas como os únicos caminhos possíveis. Em determinado momento, o autor afirma que o tráfego pelo rio Negro já não era tão perigoso quanto em tempos remotos, mas compara a situação com a travessia dos rios Jutai e Jauari: “E de fato hoje não se deve entrar em certos rios tão desapercibidos a não impor-lhes respeito; porque hordas há tão extravagantes em seu apetite, como os Mariurunas no Jutai e Jauari, que sua antropofagia não pode ser desculpada nem mesmo pela sua selvageria.” (Amazonas, 1857, p. 59).

O olhar de Amazonas também dialoga com relatos históricos como a expedição do ouvidor e intendente-geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que entre 1774 e 1775 percorreu a Capitania de São José do Rio Negro com o objetivo de conhecer seu interior de forma mais profunda. O relato de sua viagem, escrito em forma de diário, traz comentários sobre a

geografia da região, a navegação fluvial e o contato com os povos indígenas, sob uma perspectiva marcada pelo pensamento naturalista da época.

Em um dos trechos, Sampaio menciona a dificuldade de acessar a vila de Silves por um canal tomado pela vegetação:

II. 13 de Setembro. Até o dia de hoje gastei na viagem, e demora nas povoações acima referidas. [...] Entramos a navegar por hum dos canaes, que dá comunicação ao lago, em que está situada a villa de Silves. Pelas seis horas da manhã, tendo navegado toda a madrugada, nos vimos embaraçados na passagem; porque achamos o dito canal coberto de huma erva, chamada Canabrava, que, posto que nade na água, lança profundas, e espessas raízes e cresce pra cima de seis palmos de altura. (Sampaio, 1825, p. 2).

A descrição evidencia como o ambiente natural impunha limites concretos às expedições, revelando que a paisagem amazônica não era apenas observada, mas interagira com o movimento humano, ora dificultando, ora moldando as formas de ocupação. Essa interação entre natureza e sociedade — tão presente nas anotações de Sampaio — pode ser compreendida à luz da perspectiva histórica da materialidade dos rios.

Para compreender o território brasileiro, sua formação social e o próprio exercício da vida humana, é necessário considerar a geografia continental sobre a qual o país foi construído — marcada por extensas e complexas redes fluviais. A interação da vida social com as águas foi fundamental, seja em termos de mobilidade, dinâmicas econômicas ou expressões culturais (Chambouleyron; Pádua, 2019). A importância dos rios vai além de sua função social, manifestando-se também em sua materialidade. Seus aspectos físicos e concretos — como cheias, margens, secas, curso e outros elementos biofísicos e ecológicos — expressam transformações e interações ao longo do tempo, capazes de influenciar o destino de toda uma rede de formas de vida conectadas a essas águas.

Sobre a perspectiva histórica da materialidade dos rios, José Augusto Pádua e Rafael Chambouleyron afirmam: “A materialidade dos rios, incluindo suas transformações ao longo da história, expressa em si mesma a rede de interações sociais, tanto culturais quanto tecnoeconômicas, que com ela vem interagindo” (Chambouleyron; Pádua, 2019, p.17). Os rios possuem características próprias que se modificam com o tempo, e essas mudanças são capazes de causar impactos, como a alteração de rotas comerciais, de formas de produção de alimentos, de ocupação e de modos de vida. Um exemplo concreto dessa materialidade em ação aparece nos estudos de Carlos Augusto Bastos (2013), que examina como os rios estruturaram o comércio

lícito e ilícito nas fronteiras amazônicas na década de 1770. O autor cita o “secretíssimo plano de comércio” que visava, entre outros objetivos, promover o contrabando entre as capitâncias fronteiriças luso-espanholas no norte da América, buscando “aumentar o fluxo da prata andina para o território luso-americano através do contrabando” (Bastos, 2013, p.167), utilizando os rios da parte Norte como rotas alternativas ao Rio da Prata. A maneira como o rio existe hoje reflete séculos de interações humanas e não humanas; ao mesmo tempo, o próprio comportamento físico e ecológico dos rios influencia a forma como as sociedades se organizam em torno deles.

Ao estabelecer esse paralelo entre o relato histórico e a ficção, percebe-se que o romance *Simá* reelabora as mesmas paisagens descritas por Sampaio, mas sob outro olhar — um olhar que tensiona o discurso colonial. Ainda que haja no trecho de *Simá* uma carga de estereótipos sobre práticas indígenas, como a antropofagia⁴, a comparação com os relatos de Sampaio revela como os rios amazônicos, seja por sua natureza ou por sua simbologia, atuavam como barreiras ao avanço da colonização. Assim, a presença da natureza na obra não se limita ao pano de fundo: ela assume um papel ativo e político na forma como o romance interpreta e crítica o passado colonial da Amazônia. Corroborando essa perspectiva de agência ambiental, Wesley Kettle (2015) em seus estudos discorre sobre as dinâmicas em torno do vale amazônico e o uso estratégico do alto rio Negro durante as demarcações, observa que “os obstáculos do mundo natural, ao mesmo tempo em que diminuem a velocidade das atividades dos comissários, valorizam suas atuações [...]” (Kettle. 2015, p.121). Segundo o autor, há uma valorização do viajante capaz de vencer o cenário natural e seus obstáculos, evidenciando que, nas interações entre o homem e o elemento natural, não existe passividade de nenhum dos lados: a história natural e a história humana são permeadas por intensos dinamismos.

Dessa forma, ao evidenciar a natureza como agente ativo e não apenas como cenário, *Simá* resgata dimensões do passado que extrapolam o registro documental. Enquanto relatos como o de Sampaio fixam uma visão marcada pela lógica naturalista, a literatura abre espaço para outras camadas da experiência histórica, revelando sentidos simbólicos, afetivos e culturais que os documentos oficiais não captam. De tal maneira, tanto em *Simá* quanto nos relatos de

⁴ Antropofagia refere-se à prática de consumo de carne humana, registrada entre populações tradicionais e povos indígenas. Esse consumo podia se dar tanto com o intuito de absorver qualidades do indivíduo, como bravura e coragem, quanto no âmbito de rituais sagrados e religiosos. Ver LIMA, Tatiane Ribeiro de. Antropofagia e o seu sabor sagrado: ressignificações e contradições no processo de construção de uma identidade brasileira. João Pessoa, 2015.

Sampaio e na análise de Kettle, o rio aparece não apenas como rota, mas como força histórica que condiciona, limita e ressignifica a ação colonial. É nesse cruzamento, em que o factual encontra o imaginário, que se torna possível pensar a literatura também como guardião e intérprete da história amazônica.

1.2 História e Literatura

A literatura, por vezes, assume um papel fundamental na preservação e compreensão da história de um povo, especialmente em contextos pouco documentados ou de regiões marginalizadas nos registros oficiais. Ao transformar experiências históricas em narrativas literárias, autores não apenas registram fatos, mas também transmitem aspectos culturais, emocionais e simbólicos que os documentos formais muitas vezes não contemplam. Seu uso pode ser um poderoso aliado nas práticas de pesquisa e nos estudos interdisciplinares. Valdeci Rezende Borges (2010) afirma que a literatura constitui e é constituída pelo campo social de maneiras múltiplas. Para o autor, ela é: “Uma testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e preposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir [...]” (Borges, 2010, n. 3, p. 98). Analisar uma obra do ponto de vista historiográfico envolve o estudo de diferentes visões de um determinado grupo social que inevitavelmente evidencia algumas vozes, enquanto silencia outras (Cronon, 2002)

Dessa forma, a perspectiva histórica literária pode apresentar novas formas de interpretação e representação do mundo e do tempo histórico, possibilitando um verdadeiro processo de imersão e de aproximação com as temáticas abordadas de maneira sensível e palpável. Em muitos casos, isso permite que o estudante e o objeto de estudo se reconheçam em uma mesma narrativa, discurso, intenção ou pensamento.

O conhecimento histórico é construído com base em acontecimentos passados e em sua documentação. Nesse sentido, a análise literária pode, além de trazer um olhar mais íntimo sobre determinado tema, revelar as visões, posicionamentos e ações políticas de seu tempo, seja pelas atitudes do autor, de seu público ou de sua época. Ecoando a perspectiva Borges (2010): “No que se refere à instância da escrita ou da produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao focar o texto em si, o que se fala e como se fala são indispensáveis.” (Borges, 2010, n. 3, p. 98). É fundamental considerar, ainda, como o

público receptor percebe e interpreta o texto, bem como suas concordâncias, resistências e as possíveis motivações sociais, históricas e culturais por trás dessas reações.

A análise extrínseca de um texto também é um caminho possível para seu estudo. As escolhas estilísticas, as influências de escolas literárias e as opções de linguagem carregam sentidos e intencionalidades próprias de seu tempo. No caso do gênero romântico, já mencionado como projeto político e ideológico, a mescla com temáticas culturais do século XIX resultou em uma literatura híbrida que une ficção e história nacional, conhecida como romance histórico (Costa, 2019).

No Brasil, esse gênero se consolida devido o sentimento de urgência da afirmação de uma literatura nacional (Antunes, 2005, p. 335-336) nos séculos XVIII e XIX, com o intuito de compreender e explicar os acontecimentos da época, conduzindo a uma crítica de natureza histórica. Mais tarde, incorporou o indigenismo, devido às tensões políticas e econômicas que colocavam o índio como símbolo da nação no Brasil pós-independência (Sadlier, 2016, p. 159-160). Somado a isso, David Tavares Belo e Juliana Maia de Queiroz (2023) mobilizam uma discussão a respeito da presença da figuração indígena em *Simá* e apontam que, ao colocar o indígena como protagonista, o romance foge dos padrões canônicos do indianismo brasileiro (Belo; Queiroz, 2023, p. 267). Em sintonia com essa leitura, Antônio Paulo Graça (1998) afirma que a inserção do indígena como personagem central no romance requer não apenas uma síntese de conteúdo, mas também uma abordagem estética diferenciada (Graça, 1998). Desse modo, a centralidade da personagem indígena em *Simá* não se limita à escolha temática, mas envolve também a construção de uma forma narrativa que tensiona os modelos indianistas tradicionais.

Essas discussões sobre o romance histórico no Brasil dialogam com uma concepção mais ampla do gênero. Para Georg Lukács (1936-1937), o romance histórico está associado ao movimento popular coletivo proveniente da Revolução Francesa e de outras mobilizações políticas na Europa e no Novo Mundo. Segundo o autor, após a queda de Napoleão e a ascensão da burguesia, a relação do homem com o mundo mudou. Ao adquirir consciência histórica, a burguesia passou a buscar referências no passado para se situar no presente, recorrendo à literatura como instrumento de reconhecimento histórico e de valorização do indivíduo. O romancista torna-se, assim, um “historiador da vida privada”, registrando usos, costumes e crenças não apenas de épocas remotas, mas também de tempos recentes, criando uma continuidade entre passado e presente.

Sob essa mesma ótica, Luísa Antunes define o romance histórico como 'uma aliança entre memória, mito, história, cultura e literatura' (Antunes, 2005, p. 336). Para a autora, essa definição ganha contornos específicos no cenário brasileiro, onde o gênero contribuiu para um sentimento de autonomia em relação ao homem português.

Simá, que em seu título se apresenta como um “romance histórico do alto Amazonas”, inicia-se com uma breve menção ao gênero dos relatos de viagem (Costa, 2019, p.120), convidando o leitor a conhecer e desvendar as paisagens amazônicas (Amazonas, 1857, p. 11). Em seguida, assume a postura de um historiador, narrando os fatos com certo comprometimento histórico e atenção à nomenclatura correta, a fim de evitar anacronismos para os leitores futuros. Lourenço Amazonas opta por usar o termo “comarca” em vez de “província” — denominação estabelecida por lei imperial cerca de cinco anos antes da publicação —, preservando assim a identidade colonial do período. Além de retratar um momento da história brasileira — a Revolução de Lamalonga (1757), a obra se destaca pelo cuidado em representar o meio social e a natureza oitocentista. Lourenço Amazonas menciona trajetos fluviais, rios e afluentes, situando o leitor geográfica e temporalmente por meio das rotas utilizadas. Animais como pássaros, presentes em relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX, surgem na obra com seus nomes populares e regionais, assim como itens naturais importantes para o comércio da época — castanhas, cacau, cumaru, mixira, entre outros — e produtos importados, como chapéus de palha fina vindos do Chile (Amazonas, 1857, p.36; p.18).

Na relação entre romance histórico e natureza amazônica, *Simá* carrega uma força poética ao descrever sons, sensações e elementos do ambiente. O amanhecer, por exemplo, é retratado como um espetáculo que o texto não consegue traduzir por completo, dividindo protagonismo com a trama da jovem indígena. Essas escolhas evidenciam a intenção de Lourenço Amazonas em romper com a ideia de uma colonização pacífica na Amazônia e com a representação passiva das populações indígenas e da própria paisagem.

Ainda assim, há divergências sobre a classificação de *Simá* como romance histórico. Daniel Padilha Pacheco da Costa (2019), ao discutir as relações entre mito e história na obra de Lourenço Amazonas, aponta *Simá* como um romance épico, identificando influências de epopeias gregas, como no trecho: “onde nenhum dos seus naturais havia ainda lido nem a *Íliada* nem a *Eneida*, para saberem, que por causa de uma bela se queimara uma cidade” (Amazonas, 1857, p. 14) apontando as comparações entre Helena de Troia e *Simá*, a quem Lourenço Amazonas

chama “Helena do Rio Negro” (Amazonas, 1857, p. 15). Ademais, Marlí Tereza Furtado (2012) chama atenção para a presença de elementos folhetinescos herdados do ossianismo — estilo marcado pelo tom melancólico, pela forte ligação com a natureza e pela descrição de paisagens.

Por sua vez, para Lukács (1936), tanto no romance histórico quanto no épico, o herói deriva do momento histórico retratado. Na épica clássica, a força de ação é mobilizada pelos deuses; no romance histórico, pelas circunstâncias sociais que moldam a grandeza do herói. Embora haja debate sobre o enquadramento mais adequado de *Simá*, aqui trabalharemos com sua classificação como romance histórico, conforme declarado pelo autor e pelo título da obra, para o desenvolvimento desta pesquisa e para a análise das questões que envolvem as perspectivas da ciência histórica.

A representação da paisagem construída por Lourenço Amazonas coloca a natureza na condição de participante ativa das dinâmicas do tempo narrativo da obra, mas também das problemáticas que atravessam o século XIX, período em que o romance foi escrito. Em *Simá*, a natureza não se apresenta como refúgio dos personagens, mas como espaço de embates que evidencia as complexidades da vida na região amazônica.

Essa leitura também pode ser articulada ao pensamento de Raymond Williams (1973), especialmente à sua discussão sobre o bucolismo literário. No qual, o autor parte de uma análise das tradições helenísticas retomadas no Renascimento para examinar os discursos construídos em torno do campo e da cidade na produção literária. Para Williams, a idealização da paisagem como espaço puro, harmônico e inocente tende a ocultar as condições concretas da vida no campo, ao amenizar as desigualdades entre fazendeiros e lavradores e mascarar processos de exploração e miséria vivenciados pelos trabalhadores rurais (Williams, 1973). Em contrapartida, *Simá* se constrói em direção oposta a essa idealização. Pois, ainda que o romance mobilize sentidos afetivos e simbólicos em torno da natureza amazônica, a obra não deixa de evidenciar as dinâmicas sociais e as diferenças políticas, econômicas e culturais entre seus personagens, além de apresentar uma representação da figura indígena distinta daquela recorrente na literatura indianista do período imperial. Desse modo, ainda que haja debates sobre o enquadramento de *Simá*, sua dimensão histórica e literária revela como a narrativa pode resgatar memórias e dar voz a experiências coletivas silenciadas. Ao mesmo tempo, evidencia que a literatura não apenas dialoga com a história, mas também a reinventa, preenchendo lacunas e reinterpretando o passado. É nesse ponto de encontro que emerge a necessidade de pensar também a natureza como

elemento histórico: não apenas cenário, mas força atuante nas relações humanas, políticas e culturais.

1.3 Natureza e História

Pensar a natureza a partir da perspectiva histórica abre um mundo de possibilidades ao historiador. Entender a natureza que nos cerca, de certa forma, abre nossos sentidos para compreender também como ela afetou — e foi afetada — pela ação e criação humana. Para Regina Horta Duarte, quando historiadores voltam seus olhares ao meio ambiente, eles: “Apresentam-se como homens em diálogo com seu tempo e, principalmente, como pesquisadores de um saber não apenas válido, mas essencial para compreendermos nosso presente e atuarmos na construção do nosso futuro.” (Duarte, 2005, p. 32).

A história ambiental, como campo historiográfico institucionalizado e bem estabelecido, consolidou-se a partir da década de 1970, com a “emergência de um ambientalismo complexo e multissetorial” (Viola; Leis, 1991, p. 24), podendo ser considerada um dos movimentos sociológicos mais significativos da história contemporânea (Pádua, 2010, p.82). Contudo, alguns historiadores apontam a presença das discussões a respeito das relações entre história e natureza no meio acadêmico e intelectual desde o final do século XVIII e meados do século XIX.

Pádua (2010), ao discorrer sobre a presença de questões ambientais na Antiguidade, afirma que a natureza sempre foi categoria central do pensamento humano e elemento crucial para a consolidação e preservação da vida na Terra:

De maneira geral, na medida em que as sociedades humanas se territorializaram — construindo seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas —, emergiam incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural. A produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se componente básico da própria existência social. (Pádua, 2010, p. 83)

Regina Horta Duarte (2005) comenta que as discussões sobre o meio ambiente em tempos antigos costumavam soar como um discurso de abundância, promovendo o uso indevido e desenfreado dos recursos naturais. Os bens naturais não eram vistos como algo findável: “[...] há cerca de 40 ou 30 anos atrás, a grande ênfase era de que $\frac{3}{4}$ de nosso planeta era composto de água

e, especialmente, que o Brasil possui a água como poucos lugares do mundo, e isso era mais uma garantia do destino grandioso do nosso país.” (Duarte, 2005, p. 14).

Com o tempo e a intensificação dos debates sobre meio ambiente e a criação de um futuro sustentável, o pensamento geral sobre os recursos naturais passou por muitas mudanças. Na modernidade, a questão ambiental aparece sob a ótica da degradação, com a percepção de que a relação com o ambiente natural carrega um problema radical e inseparável para a continuidade da vida humana: a destruição. Essa visão resulta tanto das transformações urbano-industriais dos séculos XIX e XX quanto de processos macro-históricos, como as expansões colonialistas. O domínio de diferentes ecossistemas para a produção de monoculturas ou outras formas de exploração degradante é exemplo de como o agir humano interfere e modifica o mundo natural.

Contudo, para pensar a história ambiental é preciso ir além da ideia de dualismo homem–natureza e perceber as múltiplas conexões que permeiam essa relação. As dimensões e percepções que definem o agir humano são historicamente construídas e ditam a forma como nos relacionamos e nos apropriamos do meio natural e de seus recursos. A maneira de construir e compreender o mundo resulta de uma interação constante entre as dimensões naturais e culturais, desenvolvida coletivamente. O próprio existir é se relacionar com o mundo natural. Para Pádua (2010), os humanos constroem seu mundo não apenas pelo pensamento, mas também por meio do corpo e das experiências sensoriais. A relação com a natureza, portanto, envolve o organismo inteiro e dá forma à subjetividade, que molda o indivíduo e sua maneira de compreender o mundo a partir das experiências vividas.

A ideia de Pádua (2010) de que os seres humanos constroem o seu mundo a partir da experiência corporal e da forma como se relacionam com o meio ajuda a compreender os personagens de *Simá*, que, a partir de suas vivências e do contato com a fauna e a flora amazônicas, configuram seu olhar sobre a Amazônia.

No campo das produções culturais, a perspectiva humana sobre o meio ambiente molda e confere significados à paisagem. William Cronon (2002), ao analisar o uso da natureza nas narrativas, pondera que a forma como um narrador constrói a cena está diretamente relacionada à história que conta. Ao tratar das narrativas sobre os colonos de Oklahoma, Cronon apresentou histórias de cunho progressista que começam com um “deserto inabitável” e terminam com grandes fazendas e construções, retratando a paisagem como matéria-prima a ser moldada — escolha que é, além de narrativa, política. Em contrapartida à história de vitórias e civilização,

cria-se também um conto de fracasso que legitima certas ações sobre o território, como os avanços colonialistas.

Considerando tais apontamentos na análise de *Simá*, nota-se que a escolha política de Lourenço Amazonas se sobressai em relação à de outros romancistas de sua época. *Simá* confere à paisagem a posição de antagonista diante da “civilização” brutal trazida pelos europeus. Como demonstrado por Cronon, existem várias maneiras de trabalhar e perceber uma mesma paisagem. Lourenço Amazonas revela isso ao apresentar diferentes visões de diferentes personagens sobre a natureza amazônica: para Domingos e Mabbé, o Alto Amazonas tem valor quase sagrado e místico; para Régis e Loiola, sua selvageria ultrapassa seus encantos. Essa disparidade de olhares confere ao romance uma potente expressão de como nossos sentidos e percepções são culturalmente moldados.

Ao impor força e potência à fauna e à flora amazônica, o romance também atribui a seus personagens a coragem e o esforço para a adaptação ao local, apesar das dificuldades impostas por ele. Essa relação entre percepção cultural e experiência com a natureza dialoga diretamente com as reflexões de Donald Worster sobre como fazer história ambiental. O autor propõe três níveis de abordagem, sendo que, no terceiro nível, considera-se uma: “interação mais intangível e exclusivamente humana, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza [...]” (Worster, 1991, p. 202).

Para Donald Worster, um dos objetivos da história ambiental é aprofundar o entendimento de como os seres humanos foram, ao longo do tempo, afetados pelo ambiente natural, como o afetaram e quais as consequências disso.

Assim como as narrativas capitalistas da crise de 1930 e do New Deal levaram a sociedade norte-americana a refletir sobre o Dust Bowl (Cronon, 2002), as problemáticas sociais e econômicas, em conjunto com os processos civilizatórios dos séculos XVIII e XIX, moldaram a escrita denunciativa de *Simá*.

O pensamento de Lourenço Amazonas nos permite analisar os episódios de violência sofrida pelas populações indígenas na Amazônia além de atuar contra a carência de representações comprometidas da natureza amazônica na literatura da época — fugindo dos olhares eurocêntricos e estereotipados. O autor busca exaltar a singularidade das paisagens naturais e a diversidade das espécies que conhecia, seja por sua atuação militar na região, seja por

seu primeiro livro, *o Diccionario topographico, histórico, descritivo da comarca do alto Amazonas (1852)*.

Em suma, a história ambiental deve incluir as sociedades humanas, reconhecer a historicidade dos sistemas naturais e analisar sua interação. As manifestações culturais dependem de elementos da biodiversidade para existir, tornando quase impossível separar as ações humanas do território de seus indivíduos. Não se trata de afirmar que o homem esteja condicionado a agir de certa forma por sua territorialidade, mas de reconhecer como o meio pode influenciar e compor a relação de um indivíduo com o mundo. Isso pode ser percebido em *Simá* através da relação dos personagens com o meio onde vivem, a conexão entre ambos produziu traços cruciais da composição dos personagens influenciando suas escolhas e ações ao longo do romance. Ponto que também será abordado durante as discussões sobre identidade e ancestralidade.

Segundo Worster (1991), no campo da história ambiental o objetivo principal é compreender como uma cultura inteira percebeu e avaliou a natureza, e não apenas a visão de indivíduos considerados excepcionais dentro dela.

No capítulo XII de *Simá*, intitulado “Domingos”, é possível notar a influência cultural da qual falava Worster. Em meio a um diálogo em que a protagonista lamenta nunca poder desfrutar da beleza de uma flor. Domingos responde:

Continuarei a sustentar que não a posso considerar isolada por ter desabrochado á margem deste lago solitário e, conseqüentemente, como pretendes, fora de olhos que deslumbre com sua formosura; por isso que não creio haver isolamento na natureza. Em toda a parte atuam perfeitamente as suas harmonias. Pensas, porventura, que no que chamas de solidão, á beira deste lago, fora das assimetrias dos nossos jardins, tenham lhe faltado o céu com seu orvalho, o vento com seu sopro, o sol com seu calor? (*Amazonas, 1857, p. 141*)

Domingos, como indígena, cresceu imerso nas crenças e práticas de seu povo, nutrindo apreço pela natureza, como é comum aos povos originários. O meio em que viveu moldou sua maneira de se relacionar e de percebê-la. Outra amostra dessa relação aparece no capítulo XIX — “Jacamim” —, que narra a lenda de uma jovem que, iludida por amor, abandona sua maloca. Caminhando sem rumo às margens do Rio Negro, entra em trabalho de parto:

A decepção de sua ternura: que fora nesse estado deplorável, que dera à luz fruto de seu amor desgraçado: que, incontinenti, vendo-se face a face com um enorme jacaré, tomara nas mãos o filho e o sacudira aos ares com toda a força que lhe proporcionara seu instinto maternal, invocando Saráua em seu amparo, e oferecendo-lhe para seu pajé, no caso de, atento ao seu fogo, salvá-lo do iminente perigo [...] (*Amazonas, 1857, p. 237*)

Esse trecho mostra como as crenças e cosmologias atravessam o contato entre homem e natureza. A herança ancestral presente na lenda parte, sobretudo, da ligação com o ambiente e a paisagem. A ideia de mitos e lendas — importantes aspectos culturais — estarem ligados à paisagem nos remete novamente à discussão de Pádua (2010) sobre a conexão entre o mundo humano e o mundo natural em sua própria construção, bem como sobre a importância de perceber as dimensões socioculturais atribuídas pelo homem aos elementos da natureza.

De acordo com o autor, as manifestações culturais de um povo não ocorrem isoladas do mundo vivo, mas dependem inteiramente de paisagens e lugares específicos na constituição da linguagem e das categorias de entendimento (Pádua 2010, p.96).

Nessa mesma direção, Simon Schama afirma que “paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha” (Schama, 1996, p. 70). Para o autor, as representações e usos da paisagem surgem como objetos de experiências culturais, o que ressalta a relevância das memórias de um povo sobre determinada localidade ou sobre certos elementos naturais na determinação sociocultural daquele ambiente.

Sendo assim, é possível perceber que o homem, a natureza e a história estão intrinsecamente conectados e se influenciam mutuamente. Pensar a História sob a perspectiva ambiental é pensar a própria Terra e assumir a responsabilidade de considerar a existência da história para além — e apesar — da vida humana.

2. A Natureza em Simá

2.1 Rios

Os rios são componentes cruciais para a história humana. Mais do que fontes de vida, carregam consigo uma série de simbolismos que atravessam tempos e culturas. Diversas civilizações associaram os rios a entidades divinas: no Egito Antigo, por exemplo, as inundações do Nilo eram interpretadas como lágrimas da deusa Ísis (Macedo, 2018), evidenciando tanto a força quanto a potência desses cursos d'água, capazes de despertar temor e admiração.

Além do aspecto simbólico, os rios desempenharam papéis políticos e territoriais. O rio Congo, por exemplo, foi central nas disputas da Conferência de Berlim (1884–1885), quando a

região atraiu o interesse expansionista do rei belga Leopoldo II pela sua bacia hidrográfica, que garantia acesso ao Atlântico.

Assim, de divindades a agentes políticos, os rios constituem elementos fundamentais na construção identitária de regiões. No Brasil, a história da Amazônia também se entrelaça aos rios. O explorador espanhol Francisco Orellana, em busca do mítico El Dorado, desbravou a região navegando pelo grande rio e, ao encontrar povos indígenas — entre eles mulheres habilidosas no arco e flecha — as associou á antiga lenda das guerreiras amazonas, nomeando o Rio Amazonas. Esse ato revela a forma como colonizadores se apropriaram da natureza, renomeando paisagens e apagando identidades locais.

Algo semelhante se observa nos relatos do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que em sua viagem pelo Alto Amazonas narra a origem colonial de nomes de rios. Sobre o Madeira, comenta: “O rio Madeira já era conhecido no tempo da viagem de Pedro Teixeira. O seu nome era Cayari; mas quando os Portugueses o descobrirão, vendo que arrojava consigo multidão de grossos troncos, principalmente cedros arrancados das montanhas do alto Peru, aonde nasce, lhe derão o nome de Madeira” (Sampaio, 1773, p.11).

Outro importante personagem da história amazônica é o Rio Negro. Sua localização permite a conexão com diversos troncos e afluentes, servindo tanto como ponto de referência quanto como via de locomoção na Amazônia colonial. Sua extensão cobre grande parte do território do Alto Amazonas e, nas descrições da paisagem, aparecem nomes de muitos rios associados a ele, como: Paduari, Daraha, Inabu, Cauaburi, Japurânia, Apaporis, Uauapés, Guaviari e o Orenoco (Amazonas, 1857) — muitos deles renomeados ao longo do tempo. O papel do rio Negro no romance *Simá* vai muito além de um mero elemento paisagístico ou de um cenário estático. O rio assume a posição de agente narrativo: é por meio dele e de seus afluentes que se estrutura a organização do enredo. Muitas ações em *Simá* ocorrem no rio, ao longo do rio ou por causa do rio, desde os deslocamentos de personagens até o uso político e estratégico das águas. Nesse sentido, o rio Negro aproxima-se da condição de “personagem-paisagem” (Ferreira; Cunha, 2023), pois sua presença molda não apenas a paisagem, mas também as identidades, as histórias e os personagens que o cercam.

Atravessando a dimensão literária, o rio Negro é também um elemento de grande relevância social e histórica. Conforme postula Wesley Kettle (2015), o rio Negro era uma das principais vias de circulação comercial e locomoção no tempo das demarcações, sendo utilizado

inclusive no projeto de ocupação e na comunicação com o grupo espanhol (Kettle, 2015, p. 77). No meio social, os caminhos fluviais constituíam rotas frequentes durante a Amazônia colonial e funcionavam, ao mesmo tempo, como testemunhas das civilizações que habitavam seu entorno e da existência de sociedades anteriores à colonização europeia. Nessa perspectiva, Francisco Sarmiento (2019) aborda a presença indígena no vale amazônico antes da chegada europeia e argumenta que, há cerca de dois mil anos, teriam sido formados “sistemas regionais integrados altamente dinâmicos” que levaram ao aumento das populações originárias na região e à densidade de interações sociais e trocas comerciais entre terras baixas e altas (Sarmiento, 2019, p. 44-45).

A discussão acerca da relação entre os rios e as populações originárias é ampliada por Kettle (2022), que ressalta como os cursos d’água também proporcionaram protagonismo aos indígenas durante as expedições no vale amazônico. Seus conhecimentos sobre as rotas fluviais impediram que fossem reduzidos à imagem de vítimas inertes ao controle do colonizador; ao contrário, “utilizando os rios a seu favor, resistiram e lutaram por sua liberdade” (Kettle, 2022, p. 194).

Sendo a principal via de transporte, as águas ditavam o ritmo das viagens. Correntes, canais e até a presença de animais aquáticos podiam alterar os percursos, como relata Sampaio:

Costeando a mesma margem fomos dormir a boca do Uáquiri espaçozíssimo canal, que saindo do Amazonas pouco acima do lugar, em que nelle desgaua o Rio Negro, torna a surgir ao mesmo dois dias de viagem superior ao madeira [...] não só por ser atalho, mas para nos livrar das correntezas chamadas de poraquécoaras, isto he, buraco das tremelgas (torpedos) por serem frequentes no dito sitio.
(Sampaio, 1773, p.13)

Sob a ótica de Miranda e Filho (2016), os rios funcionam como divisores de territórios e modeladores de relações sociais, com o poder de unir ou separar comunidades. Essa dimensão é retomada por Lourenço Amazonas em Simá, ao retratar os rios como verdadeiras “pontes” fluviais, com importância política e comercial. O domínio sobre as águas era, simultaneamente, domínio sobre as fronteiras, estratégia central na Amazônia colonial:

Os espanhóis, dirigidos pelos jesuítas, explorando toda a encosta oriental dos Andes, apercebiam-se da natureza e propriedade do terreno compreendido entre aquela cordilheira e as cachoeiras, que dividem o país elevado, enxuto, produtivo e aurífero, daquele baixo, fangoso e alagado na proximidade do oceano;
E continua: [...] conhecimento este que naturalmente lhes aconselhava para a posse e gozo de tão importante território, a absoluta exclusão dos portugueses, o que muito acomodava aos jesuítas, pois assim se fechavam os elos da grande cadeia, que

principiando na Patagônia, estreitando o Grão-Pará pelo Peru e Colômbia no Solimões e Guiana, ultimava no México. (Amazonas, 1857, p.61)

As quedas d'água, ao mesmo tempo em que dificultavam a navegação, reforçavam limites espaciais e favoreciam determinados interesses coloniais. Nos trechos analisados, percebe-se que os rios e suas cachoeiras não se limitam ao cenário natural, mas assumem função estratégica na ocupação do território. O conhecimento sobre a região era crucial para o processo de demarcação do Tratado de Madri e determinação de limites. Nesse prisma, Wesley Kettle (2015) comenta a respeito da falta de conhecimento prático dos europeus sobre algumas áreas específicas do vale amazônico e mostra que, para sanar tais limitações, elaborou-se uma “carta geográfica” que destacava os limites territoriais, os nomes dos rios, seus afluentes e o ponto em que desaguavam (Kettle, 2015, p.59; p.62).

Em *Simá*, Lourenço Amazonas descreve algumas das estratégias utilizadas por portugueses e espanhóis durante as disputas territoriais. No capítulo “V – Questão de limites”, o autor aponta a estratégia espanhola para impedir o avanço português:

E pois que conheciam também, que nos portugueses com quem haver-se, determinado foi, quanto antes, e a todo o trance, antecipar-se-lhes, estendendo-se para o nascente, a impedir-lhes o passo acima das cachoeiras. Vestígios ainda desta determinação são as atuais divisórias, no Madeira, na primeira cachoeira (Santo Antônio) em todos os rios do país do Solimões [...]”
(Amazonas, 1857, p.59).

Ao se anteciparem sobre determinado local, os espanhóis ocuparam trechos estratégicos do curso dos rios — como as áreas antes das cachoeiras — e, com isso, puderam controlar a passagem das embarcações portuguesas. Esses pontos funcionavam como barreiras naturais e, ao mesmo tempo, como marcos de fronteira, pois limitavam o avanço inimigo e deixavam marcas duradouras dessa divisão no curso dos rios.

Dessa forma, fica evidente a importância política e estratégica das águas para as demarcações territoriais: os rios e suas quedas não eram apenas obstáculos naturais, mas instrumentos de controle do espaço. Ao dominar certos trechos, as coroas podiam conter ou impulsionar os avanços e garantir o acesso a recursos fundamentais para o desenvolvimento da região, como a circulação, a pesca e a alimentação. Esse uso calculado do ambiente aparece também nos relatos estudados por Kettle (2015), ao destacar que os agentes do Estado português conheciam os territórios e planejavam intervenções por meio de deslocamentos entre matas e

rios, visando tanto ao aproveitamento dos recursos naturais quanto ao domínio sobre as populações locais (Kettle, 2015, p.77).

No romance de Lourenço Amazonas, os rios são indispensáveis à narrativa: é sobre as águas do Rio Negro que Marcos de Coari foge com a filha Delfina, e é também por eles que se desenrolam encontros, perseguições e viagens. Os rios tornam-se espaço de ação e contemplação, descritos poeticamente como símbolos de beleza e imponência. O narrador convida o leitor a quase visualizar e sentir a paisagem amazônica: “[...] de entre as fendas escapar-se morros de água, que, como fios de prata lhes decoram as abas em seu contato com as do rio [...], com o brilhante dos alfajôres de suas espumas [...]” (Amazonas, 1857, p. 55).

Objeto de contemplação, temor e ambição, os rios são parte essencial da vida humana. Representam mananciais de vida, mas também testemunham as transformações históricas e ambientais. Se, por um lado, o homem construiu represas e desviou fluxos para controlar sua força, por outro sua imensidão permanece incontrolável, reafirmando a resiliência da natureza frente às tentativas humanas de domínio.

O romance *Simá* traz em sua gênese a importância e a grandiosidade das águas no cenário amazônico. Símbolo de força e vitalidade, os rios foram agentes de luta e resistência na história colonial da Amazônia. Conforme foi apontado ao longo desta sessão, eram as águas que ditavam o curso e o tempo das viagens, estabeleciam limites territoriais e, ao mesmo tempo, eram fonte de alimento e ponte com o sagrado para as populações locais.

Se, no período colonial, o controle dos rios e de suas margens definia quem avançava sobre o território, no presente o modo como tratamos esses rios continua definindo quem pode viver, circular e permanecer na Amazônia. Ao recuperar essa dimensão histórica, o romance lembra que não há vida, cultura ou política amazônica sem o curso das águas – e que ignorar isso, na elaboração de políticas públicas e no planejamento das cidades, é repetir velhos projetos de ocupação que insistem em minimizar a importância dos rios na história da região.

2.1 Ancestralidade, Identidade e natureza

Outro ponto amplamente abordado por Lourenço Amazonas é a composição de seus personagens e a força identitária que cada um deles carrega. A natureza amazônica participa

ativamente desse processo, funcionando como guardião de costumes culturais e ancestrais. Os capítulos aprofundam não apenas a relação entre personagens e natureza, mas também o vínculo do próprio leitor com a paisagem e com os povos mencionados. Essa construção dialoga com a perspectiva de Pádua (2010), para quem a relação do ser humano com o mundo natural envolve dimensões e importâncias socioculturais atribuídas aos elementos da natureza, sejam eles orgânicos ou inorgânicos.

No capítulo II, “O Regatão”, quando ainda estamos sendo introduzidos ao cenário amazônico, o narrador menciona a praga dos carapanãs que atormenta quem vive às margens do Solimões. Apesar disso, reforça que as noites amazônicas costumam ser animadas dentro das famílias, especialmente nos momentos de ceia, quando todos se reúnem ao redor da mesa para compartilhar o alimento. O banquete descrito é repleto de iguarias da região Norte:

Um tucunaré de satisfatório tamanho, assado inteiro ao forno fora de sobejo aos que assentavam à mesa [...] De um lado um peito de tartaruga alardeava gordura e confundia-se com a cor amarela da farinha-d’água, que o encostava e fazia sobressair a branca dos ovos de tracajá [...] De outro uma tracajá mesma inteira, assada também ao forno [...] Farinha fina, e tão amarela que se diria feita de gemas de ovos, era contida em pequenas cuias. (Amazonas, 1857, p.17)

Os peixes tiveram papel de grande relevância na história colonial da região amazônica, sendo um dos alimentos mais consumidos por populações locais e também por colonos europeus. O peixe era ainda um item amplamente comercializado no comércio indígena e colonial. De acordo com Dante Ribeiro da Fonseca (2008), o litoral amazônico fornecia alimentação ao colono, assim como fornecia ao indígena, e a fartura de peixes nos rios e lagos amazônicos, maior do que no mar, causava espanto aos europeus. A comercialização dos pescados provocou impactos e mudanças sociais marcantes nas dinâmicas dos povos originários, que aderiram ao uso do sal, ao longo do período colonial, para a conservação dos peixes. Outro método de conservação bastante utilizado era a mixira, empregada tanto para a carne de peixe quanto para a de tartaruga: “Essa forma de conservação consistia no cozimento da carne do animal que era frita na banha, onde ficava depois conservada em imersão, mantinha-se por bastante tempo sem estragar, sendo também as carnes resultantes desse processo de conservação bastante apreciadas.” (Fonseca, 2008, p. 211).

Além de sua carne, aproveitava-se dos pescados o óleo ou gordura, utilizado para fins alimentícios, como fritura ou conservação, e para usos diversos. Dante Fonseca (2008) cita o

relato de Carvajal⁵ para ilustrar a diversidade da utilidade do produto: “Carvajal, relatando sua viagem ao Rio Amazonas, informou como os naturais daquela região socorreram os conquistadores com algodão, que, embebido em determinada gordura de peixe, serviu para calafetar os bergantins⁶.” (Fonseca, 2008, p. 209). A gordura usada para vedar frestas ou juntas dos cascos dos bergantins demonstra o óleo de peixe sendo empregado como ferramenta de assistência em um reparo essencial nas embarcações dos exploradores, exemplo de como o avanço da colonização necessitou, em vários momentos, dos saberes dos povos originários e de como um mesmo produto local pode assumir diversos usos, sentidos e significados.

Desse modo, a história colonial da Amazônia também se escreve a partir dos peixes e de seus derivados, que sustentaram a alimentação, o comércio e a própria infraestrutura da conquista.

Mais à frente, encontramos outra cena que retrata as dinâmicas culinárias e o envolvimento social nesse tipo de prática, em que cada um assume uma tarefa necessária para o preparo do almoço:

A gente saltando em terra, distribuiu-se pelos diferentes afazeres, que demanda o afã do almoço. Qual acende o fogo e arma os moquéns, qual do próximo regato conduz uma água límpida e refrigerante, qual em contribuição põe o mato, qual o rio, onde a frecha certa vai alcançar tanto a paca e o nambu, como o Surubim, o tambaqui, e o delicioso tucunaré. (Amazonas, 1857, p.79-80)

Alguns desses pratos ainda são comuns nas mesas nortistas, sobretudo em comunidades interioranas. Outros já se tornaram iguarias menos frequentes, mas permanecem vivos na memória coletiva e no imaginário social amazônico. Os trechos revelam, portanto, a centralidade da pesca e da caça nas práticas alimentares locais.

A presença da culinária tradicional também aparece em relatos históricos. Sampaio (1773), em seu diário, descreve sua visita aos povos Maués, conhecidos pela fabricação do guaraná, e detalha o preparo da bebida:

O modo de se preparar a massa de que as compõe a bebida, he o seguinte; torna-se a fruta, e depois se piza no pilão reduzindo-se a forma de pães, que se costumão secar ao fumo. Estes pães se ralão vulgarmente com a lingoa do peixe Piraracú, até que a dose de huma colher de mesa, a que se ajunta assucar em quantidade que adóce, e tudo em meia camada de agua, fica preparada a bebida. (Sampaio, 1773, p.6)

⁵ Ver CARVAJAL, Gaspar de (frei). Descubrimiento del río de las Amazonas com otros documentos referentes a Francisco de Orellana y sus compañeros. 2 vols. Sevilla. Imprensa de E. Rasco, 1894.

⁶ Bergantim: tipo de embarcação a vela de dois ou três mastros, comum entre os séculos XVI e XIX.

O guaraná da Amazônia, hoje amplamente conhecido, já fazia parte da cultura e do costume desses povos. As beberagens de guaraná também eram empregadas pelos pajés Munduruku e Maués para a cura de doenças diversas, além de serem conhecidas entre os indígenas por sua ação estimulante, tidas como um fortificante especial, “elixir da vida” (Vasconcelos; Nascimento; Maia, 1976, p. 65). A alimentação, nesse contexto, mostra-se não apenas como necessidade biológica, mas como prática de resistência diante das imposições culturais coloniais. Elementos como a língua de pirarucu usada no preparo, as cuias de servir ou o pilão de madeira reforçam o saber ancestral e, ao mesmo tempo, revelam um modelo de vida sustentável, em que os recursos naturais são utilizados de forma consciente — como ainda ocorre em muitas comunidades originárias. Essa dimensão da alimentação como prática de resistência pode ser compreendida à luz da história ambiental proposta por Worster (1991), que enfatiza a importância de analisar como diferentes sociedades percebem e organizam sua relação com a natureza.

Esse elo entre identidade e natureza também se manifesta na construção dos personagens de *Simá*. Domingos de Dari é uma das figuras mais marcantes. Retratado como sensível e profundamente conectado à natureza, representa o indígena corajoso, guerreiro e leal ao seu povo. Seu amor por Simá é descrito como puro e delicado, comparado a uma flor avistada perto de uma cachoeira — flor que, pouco depois, é dilacerada pela passagem de uma jacaretinga, prenúncio do trágico fim do romance.

As flores também se ligam à trajetória de Severo, apresentado de forma mais íntima no capítulo VII. Após se instalar no remanso e tornar-se cafeicultor, o personagem preserva seus costumes e mantém forte elo com a natureza. Seu jardim, cultivado com cuidado, expressa emoções e sentimentos que muitas vezes não são ditos: “Na plantação de seu jardim impressiona-se da íntima relação entre o homem e as flores a cuja vista tanto se expande alegre o semblante da criança no maternal regaço, como o do velho ao lado da lareira. Não há sentimento ou paixão, que elas deixem de exprimir por suas cores e configurações- chagas, martírios, suspiros, saudades.” (Amazonas, 1857, p.101).

Essa relação entre mundo natural e afetos ecoa no pensamento de Ailton Krenak. Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, o autor denuncia a falha de separar cultura e natureza, lembrando que ambos estão intrinsecamente conectados e que o mundo natural participa da construção do homem e sua comunidade: “O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de watu,

nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo [...].” (Krenak 2019, p.23)

A partir dessa visão, compreendemos que é da natureza que emergem valores e virtudes humanas. Severo, por exemplo, enxerga o aprendizado da vida desde o ventre materno onde acreditava se iniciar seu curso pelo amor e reconhecimento, até o contato com os alimentos, e o convívio familiar e comunitário. Para ele, até a “selvageria” dos povos indígenas deve ser entendida como reação às violências sofridas:

Ele entendia a selvageria e a barbaridade como reação do mal, que uma nação em sua infância, recebe de outra; atento que devorando os selvagens os seus prisioneiros de guerra, vivem todavia entre si na mais amorosa união. E hoje já não se contesta a explicação da ferocidade dos nossos indígenas pela barbaridade, com que foram perseguidos pelos Europeus que trouxeram às malocas de nossos avós a mostra mais contraditória da civilização, que se permitia alardear. (Amazonas, 1857, p.102)

Em face do exposto, percebe-se que a identidade indígena e os costumes amazônicos aparecem reiteradamente na narrativa e são fundamentais para sua construção. Se em Simá a natureza se torna personagem, a identidade é o chão sobre o qual se edificam capítulos inteiros da história.

2.2 Pássaros

Para além dos rios e dos debates sobre ancestralidade, outra presença que merece destaque nesta pesquisa é a constante referência às aves. Elas surgem em diferentes momentos ao longo do romance, seja pela relação direta com os personagens, em lendas, ou simplesmente em sua aparição na paisagem amazônica. Na história colonial, as penas tiveram papel de destaque na moda e nos costumes. De acordo com Amy Buono (2018), “pássaros, penas e outros artefatos plumários também serviram como sinais de rentabilidade econômica oferecida pelo Brasil, em particular, e pelas Américas em geral” (Buono, 2018, p. 16). As confecções inspiradas nos mantos tupis servem, assim, como marcadores centrais da relação histórica entre a Europa e a natureza brasileira (Buono, 2018).

Em contrapartida, adentrando em aspectos mais simbólicos em relação às aves, vale salientar o quanto esses animais estão cercados por mistérios, crenças e cosmologias. As aves

possuem atributos vastos no imaginário popular, tendo o poder de despertar diferentes tipos de sentimentos, que vão desde admiração, fascínio e encantamento até o medo. É comum, em algumas regiões do Norte e Nordeste, a atribuição de crenças positivas ou negativas relacionadas ao canto de determinadas espécies de pássaros e aos seus “poderes”. A esse respeito, José Geraldo Marques (2010) cita o simbolismo em torno da ave ticuã entre populações indígenas e camponesas, que a incluem na classe das aves agourentas: “Tal crença, por certo, tem origens íncolas. Em regiões da Amazônia brasileira, o Ticuan é reputado como um dos múltiplos deflagradores de um estado conhecido como panema ou panemice. Empanemar-se, de um modo geral, quer dizer estar azarado” (Marques, 2010, p. 7).

A partir da perspectiva apontada por Marques (2010), podemos pensar o lugar social das aves para além da sua importância biológica, identificando a presença dos pássaros também na composição do imaginário popular. Esse aspecto é reforçado no romance protagonizado por Simá, no qual os pássaros são mencionados em lendas, compondo paisagens ou funcionando como objetos de afeto da jovem mameluca, ilustrando sua conexão com o mundo natural. Essa dimensão histórica e simbólica ajuda a compreender o lugar que as aves ocupam em *Simá*.

A presença dos pássaros torna-se mais evidente a partir do capítulo *IV, Paisagem*, no qual Lourenço Amazonas expressa seu amor e admiração pela natureza amazônica. Nesse momento, o autor descreve os sons da floresta, destacando o canto de algumas aves: “Como confundido com o som da viração e das árvores, que com ela se embalam, descrever a sensação intensa do canto da rola do Amazonas, que pela inflexão dolorosa de seus gemidos, parece qual fênix, consumir-se nas chamas de seu amor e delas renascer!” (Amazonas, 1857, p.56).

Os sons das aves se entrelaçam aos ruídos da paisagem, formando uma melodia única e harmônica que assina o Norte do país. Nas noites amazônicas, em que o silêncio é rompido pelas cachoeiras, o autor faz referência ao mito grego de Selene e Endimião ao ouvir o canto noturno do murucututu, que serviria de alerta contra os perigos de se apaixonar pelas belezas noturnas das margens do rio Tarumã (Amazonas, 1857). Já o romper do dia é anunciado pelo canto do Maria-é-dia, cuja energia contrasta com o tom melancólico do murucututu.

O capítulo se encerra com a aparição de um pequeno alado que se esconde entre as montanhas: “As sombras das montanhas do Japurânia [...] A um guincho agudo, forte, retumbante do oculto coió rompera, como de concerto em hino de festival da beira de todos os ninhos [...]” (Amazonas, 1857, p.57).

As aves também exercem papel simbólico na construção de personagens essenciais ao romance. Simá, com sua delicadeza e afinidade natural com a terra, é constantemente associada às aves. No capítulo X, *Um Sonho*, essa ligação é evidenciada quando, adormecida sob um xale, a personagem recebe a visita de diferentes pássaros:

Foi de balde que um desensofrido rouxinol, conseguindo introduzir-se por debaixo do xale e empoleirando-se em um ombro da bela, empreendeu a despertá-la com seu canto [...] Foi de balde que dois reluzentes jacamins vieram a seus pés coser os peitos com o chão em fagueiros comprimentos. Foi de balde que um safado marrecão, todo empertigado, atroou-lhe os ouvidos com sua saudação favorita. (Amazonas, 1857, p.108)

Mais adiante, após a partida de Simá, é narrado que Domingos, seu amado, visita o local onde fora a casa da jovem e alimenta os passarinhos que lhe faziam companhia. Já a personagem Iaiá — fiel companheira de Simá — carrega no próprio nome a marca das aves, sendo uma abreviação de Aiaiá, colhereira ribeirinha de plumagem rosada: “[...] e pela cor rosada de Clara, não obstante o epidémico do país, eles haviam chamado Aiaiá, e por abreviatura ainda -Iaiá- Este nome é em língua geral o da colhereira, linda ave ribeirinha, de uma cor equívoca entre a branca e a de rosa” (Amazonas, 1857, p.112).

Outra espécie presente na narrativa é o galo-da-serra, conhecido por suas penas alaranjadas e por uma crista que vai da cabeça ao bico. Ele aparece no capítulo O Conselho dos Principais, ambientado em uma serra íngreme e de difícil acesso, cujo nome, Serra dos Galos, deriva justamente da abundância desses animais. Nesse espaço reservado, o conselho indígena se reunia, reforçando a importância ritual e política do local. Também neste capítulo, destaca-se o uso das aves e de suas penas no período colonial: “Os membros do conselho tomavam assento em elevados poiares de pedra ao nível de uma grande central, cuja antiga serventia se ignorava. Eles trajavam suas mais ricas vestes de penas, e sustentavam nas mãos murucus ou maracás, conforme eram principais, ou pajés” (Amazonas, 1857, p.206).

O uso de penas na confecção de vestimentas indígenas é conhecido desde a fundação da colônia. Esses adornos simbolizavam tanto o elo com a ancestralidade quanto o poder e prestígio social.

Entre os povos tupinambás, nos séculos XVI e XVII, a arte plumária ganhou grande destaque, sendo os famosos mantos tupinambá (ou assojaíba/guará-abucu, em tupi arcaico) exemplos marcantes dessa tradição ritualística, confeccionados com penas de guará ou Íbis escarlate (Buono, 2018).

As missões Jesuítas também tiveram papel fundamental na difusão dessa arte. Ao se instalar nas aldeias, os missionários absorviam aspectos culturais e linguísticos, repassando informações à Europa. Como lembra Bueno 2018, a Cúria Jesuíta em Roma centralizava esse processo, enviando artefatos e relatos a colecionadores e eruditos europeus, o que contribuiu para internacionalizar a cultura tupi.

Na Europa, a plumária se popularizou sobretudo pela moda. As plumas, antes associadas a rituais e cosmologias ameríndias, tornaram-se adornos de prestígio nas cortes: Nos trajes de gala feminino das cortes da Inglaterra, Portugal, Espanha e do Brasil adornos de cabeça feitos com plumas eram regulamentares (Marshner, 2014, p.140-147; Volpi, 2014).

A demanda por esses itens exóticos impulsionou a exportação de aves brasileiras. No século XVIII, papagaios, araras e periquitos já circulavam amplamente na Europa, vivos ou taxidermizados (Heynemann, 2010). Além disso, penas eram enviadas para uso em flores artificiais, bordados e abanos (Volpi, 2019). Assim, os pássaros brasileiros passaram a ocupar lugar no imaginário europeu, estando presentes nas artes, na moda e na própria representação da colônia.

No conjunto da obra, portanto, as aves não aparecem apenas como elementos decorativos da paisagem, mas como parte de uma rede de relações que envolve comércio de produtos naturais, circulação de imagens da colônia e construção de cosmologias locais. Ao acompanhar o canto dos pássaros, seus usos rituais e a apropriação de suas penas, o romance permite entrever como a história da Amazônia também se escreve a partir da fauna, articulando economia, simbolismo e experiência sensível da natureza.

3. Considerações Finais

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho buscaram mostrar como, em Simá: romance histórico do alto Amazonas, a natureza – especialmente os rios, os peixes, as aves e as plantas – não aparece apenas como cenário, mas como elemento histórico que participa da experiência colonial na Amazônia. Ao acompanhar as trajetórias de Simá e de outros personagens, o romance evidencia a forma como a paisagem amazônica é atravessada por disputas de poder, processos de violência e práticas de resistência.

Perceber a natureza como agente ativo nos ajuda a deslocar o olhar: reconhecer o passado torna-se condição para compreender o presente. Hoje, a natureza é, em grande medida, avaliada pela ótica do mercado, e seu valor histórico, social e simbólico é frequentemente reduzido à capacidade de gerar lucro. Se, no período colonial, colonos tomavam terras, traçavam limites e se apropriavam culturalmente da paisagem e dos povos da região, no presente se atualizam lógicas semelhantes na invasão de territórios indígenas e na destruição de seus modos de vida. No contexto do capitalismo, quase não há espaço para o sagrado e o simbólico da natureza, o que torna ainda mais necessária a leitura de obras que recuperam outras formas de relação entre humanos e mundo natural, como faz *Simá* ao aproximar rios, florestas, animais e personagens.

Este estudo, contudo, não esgota as possibilidades de interpretação do romance. Investigações futuras poderiam aprofundar, por exemplo, a comparação entre *Simá* e outras obras literárias amazônicas que também articulam natureza e colonização, ou estabelecer um diálogo mais sistemático com produções de autores indígenas, colocando em perspectiva as diferentes maneiras pelas quais a Amazônia é narrada. Outra frente possível seria a discussão de gênero em *Simá*, por meio de um estudo sobre as mulheres racializadas no período colonial, bem como uma análise do lugar de marginalidade ocupado pelas obras literárias amazônicas no campo literário brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *O guarani*. 20ª ed., São Paulo: Ática, 1996.
- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Simá: romance histórico do Alto Amazonas*. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2011.
- ANTUNES, Luísa Marinho. Os caminhos da memória e a identidade nacional no romance histórico de temática tropical: os casos de José de Alencar e Pinheiro Chagas. *Dedalus: Revista Portuguesa de Literatura Comparada*, v.10, 2005.
- BARBATO, Luís Fernando. A Construção da Identidade Nacional Brasileira: necessidade e contexto. *História em Reflexão*: vol.8, n.15, Dourados, Jan/jun.- 2014.
- BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. 2013. 489 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BELO, David Patrick Tavares; QUEIROZ, Juliana Maia. A Figuração do Indígena no Oitocentos: *Simá* (1857), um romance histórico de Lourenço Amazonas. *Entretexos*, Londrina, v.23, n.4, jul/dez 2023.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. v. 7. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, Goiás, Ano1, n.3, junho/2010.
- BUONO, Amy. Seu tesouro são penas de pássaro: arte plumária e a imagem da América. Campinas, v. 6, n. 2, 2019.
- COSTA, Daniel Padilha Pacheco da. Mito e história no “romance épico” *Simá* de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas. *Diálogos*, v. 23, n. 2, p. 101-122, 7 jun. 2019.
- CRONON, William. Un lugar para relatos: naturaleza, historia y narrativa. In: PALACIO, G; ULLOA, A. *Repensando la naturaleza: Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia-Sede Leticia; Instituto Amazónico de Investigaciones Imani; Instituto Colombiano de Antropología e Historia; Colciencias, 2002
- DUARTE, Regina Horta. *História & natureza*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- EAGLETON, Terry. *Como Ler Literatura*. 1.ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

FARIA, Daniel. Makunaima e Macunaíma: entre a natureza e a história. *Revista Brasileira de História*, v. 26, p. 263-280, 2006.

FONSECA, Dante Ribeiro. A Pesca na Amazônia: Da pré-colônia ao mundo colonial (Séculos XVIII ao XIX). *Revista Saber Científico*. Porto Velho, n.2, p.201 – 222. Jul/dez. 2008.

FURTADO, Marlí Tereza. O Guarani e Simá: propostas para o romance brasileiro à escolha do leitor. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Literatura Comparada. *Anais*. Campina Grande: Realize, 2012.

GRAÇA, Antônio Paulo. *Uma Poética do Genocídio*. Rio de Janeiro. Editora: Topbooks e distribuidora de livros Ltda, 1998.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As Culturas do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

HONORATO, Suene. Cânone Romântico Brasileiro: exclusão das lutas indígenas e suas implicações para o presente. *Memória em Rede*, Pelotas, v.13, jan/jul.2021.

JACOBS, Nancy J. *Birders of Africa: History of a Network*. New Haven; London: Yale University Press, 2016.

JAMESON, Frederic. O Romance Histórico ainda é possível?. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2007.

KETTLE, Wesley Oliveira. *Ciclopes e Profetas no Vale Amazônico: Visões de Natureza no Tempo das Demarcações (1750-1799)*. 2015. 368 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

KETTLE, Wesley Oliveira. Navegando pelas artérias do poder: os rios e a colonização da Amazônia no tempo das demarcações. In:

KETTLE, Wesley Oliveira; OLIVEIRA, Gabriel Pereira de; BARBOSA, Estêvão José da Silva (orgs.). *Rios de história: o passado em caminhos fluviais* [recurso digital]. Maceió: Editora Olyver, 2022. P. 186–212.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

LEONIDIO, Adalmir. Utopias românticas da natureza. *Revista Esboços*, n. 18, p. 53-71, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/565/2797>. Acesso em: 16 nov. 2025.

LIMA, Tatiane Ribeiro De. *Antropofagia e o seu sabor sagrado: Ressignificações e contribuições no processo de construção de uma identidade brasileira*. 2015. 184 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

LUKÁCS, György. *O Romance Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACEDO, Emiliano Unzer. *Os Rios e a História*. São Matheus- ES, v.1,n.1,2018.

MARQUES, José Geraldo W. PÁSSARO” É BOM PARA SE PENSAR: simbolismo ascensional em uma Etnoecologia do Imaginário. *Revista Incelências*, 2010, p. 2-17.

MARSCHNER, Joanna. A Weaving field of feathers; dressing the head for presentation at the English Court, 1700-1939. In: SWAN, Jude, et. Al (orgs.). *Birds of Paradise: plumes and feathers in Fashion*. Antwerp: Lannoo, 2014, p. 140-147.

MIRANDA, Evaristo de; MEIRELLES FILHO, João. *Rios do Brasil: História & Cultura*. São Paulo: Metalivros, 2016.

MUNARO, Luís Francisco. A Amazônia e a fundação do Brasil na obra Simá (1857) de Lourenço da Silva Amazonas. *Intelléctus*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 19, jul./dez. 2020.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto; CHAMBOULEYRON, Rafael. Movimentos dos rios/movimentos da História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 81, p. 15-24, jul./dez. 2019.

PAZ, Francisco de Moraes. *Na poética da História: a revitalização da Utopia Nacional Oitocentista*. Curitiba: UFPR, 1996.

PEREIRA, Danglei de Castro. REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DO INDÍGENA NO ROMANTISMO BRASILEIRO: O Caso Simá, de Lourenço Amazonas. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Niterói, v. 22, n. 39, p. 133-147, jan. /abr. 2020

QUEIROZ, Amilton; LIMA, Simone. *Simá: o (não) lugar da ficção amazônica na historiografia do romance brasileiro*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2008. São Paulo: ABRALIC, 2008.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*. 1.ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

RIBEIRO, Patricia Maria. *Entre os muitos e Esquisitos Pássaros e Bichos desta Terra: a remessa de animais silvestres do Brasil colônia para Portugal*. 2021, 243 f. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Colonial) – universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SADLER, Darlene J. *Brasil imaginado: de 1500 até o presente*. Trad. Flavia Bancher. São Paulo: Edusp, 2016.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de, *Diário da Viagem (1774-1775)*. Lisboa, 1774-1775. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6651>. Acesso em: 08 de Ago. de 2025.

THIESSE, Anne Marie. *A Criação das Identidades Nacionais*. Lisboa, Temas&Debates, 2000, pp.15-22, pp.231-252.

VASCONCELOS, Antônio; NASCIMENTO, José Carlos; MAIA, A. Lemos. A cultura do guaraná. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PLANTAS DE INTERÉS ECONÔMICO DE LA FLORA AMAZÔNICA, 1972, Belém. *Anais*. Belém, 1976. p. 61-71.

VIOLA, e.; LEIS, H. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. (org.) *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: vozes, 1991.

VOLPI, Maria Cristina. O colecionismo etnográfico e sua influência na moda burguesa do uso de penas, aves e insetos nos oitocentos. *interFACES* –Rio de Janeiro, n.29, v.2, julho/dezembro. 2019.

VOLPI, Maria Cristina. Penas para que te quero! O circuito da arte plumária não indígena brasileira nos oitocentos, In: *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: perfis e trânsitos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, v.4, n.8, 1991.